



XIII ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**ATA FINAL DA XIII AP-CPLP
“PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO NOS
PAÍSES DA CPLP”**

Maputo, Moçambique

22 e 23 de julho de 2024

Nos dias 22 e 23 do mês de julho de 2024, realizou-se em Maputo, capital da República de Moçambique, a XIII Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), sob o lema "**Promoção da Democracia e do Estado de Direito nos Países da CPLP**", em que participaram representantes dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

1. A XIII Sessão Plenária da AP-CPLP, foi precedida, pelas reuniões das três Comissões Permanentes e das duas Redes da AP-CPLP: Comissão 1 - Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação; Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação e Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura, Rede de Jovens e de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP, conforme as atas em anexos.

Sessão de Abertura

2. A cerimónia de abertura da XIII AP-CPLP, foi presidida pela Senhora **Teresa Efua Asangono**, Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP e Presidente do Senado da Guiné Equatorial. Esta cerimónia foi marcada pelo discurso de boas-vindas proferido pela Senhora **Esperança Laurinda Nhiuane Bias** Presidente da Assembleia da República de Moçambique. A cerimónia de abertura contou com a participação de convidados nacionais e internacionais.
3. A Senhora **Teresa Efua Asangono** Presidente da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) endereçou os agradecimentos à Assembleia da República de Moçambique, como a todo o povo irmão de Moçambique por acolher os membros da AP-CPLP na bela cidade de Maputo. A Presidente referiu que a XIII AP-CPLP é o momento ideal para refletir em conjunto sobre a forma como a CPLP e a sua Assembleia Parlamentar deverão atuar nos próximos anos. Sobre o Secretariado Permanente da AP-CPLP indicou que este último, pese embora os esforços desenvolvidos pela AP-CPLP, pudesse adquirir personalidade jurídica própria, o que implica que os Parlamentos da CPLP venham a contribuir financeiramente para o orçamento anual da Organização Parlamentar Internacional. Aproveitou a oportunidade para apresentar o Secretário Permanente da AP-CPLP, Dr. Pedro Ela Nguema Beia e a Secretária Permanente Adjunta Dra. Isabel Graciete da Silva Pereira. Destacou o tema da XIII AP-CPLP, pela sua importância e significado em todas as sociedades modernas,

60
te
B

e mais ainda, tendo em conta que um dos objetivos gerais da AP-CPLP é de contribuir para o fortalecimento da democracia e das suas instituições representativas

Intervenções do Tema: Promoção da Democracia e do Estado de Direito nos Países da CPLP.

4. O Senhor **Américo António Cuononoca**, Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola, na sua intervenção sobre a Promoção da Democracia e do Estado de Direito nos países da CPLP, referiu que a democracia e o Estado de Direito são pilares essenciais para o desenvolvimento sustentável, a estabilidade política e a proteção dos direitos humanos.
5. Destacou a importância dos parlamentos da CPLP, eleitos democraticamente, a encontrarem soluções patrióticas para reestabelecer a ordem institucional nos países onde esta não esteja plenamente exercida.
6. Apelou aos países a necessidade da ratificação e implementação tratados internacionais sobre direitos humanos, criação de mecanismos para proteger e garantir um exercício de direitos nos Estados, bem como a luta contra a discriminação em todas as suas vertentes.
7. Concluindo, o Primeiro Vice-Presidente, frisou que a consolidação de um Estado democrático e de Direito requer investimento na educação e promoção de valores éticos, cívicos e culturais, especialmente entre os jovens e espera que este evento da AP-CPLP seja um espaço de diálogo construtivo e de partilha de boas práticas para o fortalecimento das instituições democráticas.
8. O Senhor **Austelino Correia**, Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, intervindo sobre o tema, mencionou que os países da nossa comunidade experimentaram, outrora, regimes políticos fechados, pouco dados ao debate de opiniões e de confronto de ideias e limitadores de liberdades. Mas, felizmente, convictos de que era preciso divergir os olhares sobre a realidade e a partir desse prisma, convergir no essencial, salvaguardando sempre os superiores interesses das nossas nações e o bem

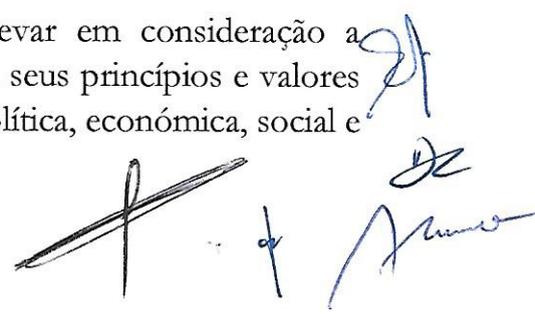
comum, todos conseguiram mudar esta página, cada um a seu tempo e conforme os respectivos contextos domésticos.

9. Salientou que, se do ponto de vista formal os Estados da CPLP se encontram em situação de solidez constitucional, no capítulo da consolidação da democracia material, os desafios são quotidianos. Por isso, é necessário construir, todos os dias, o edifício do sistema democrático porque, um pouco por todo o lado, quotidianamente se confronta com tentativas da sua destruição. Os Estados, as comunidades e os povos precisam, dia a dia, militar na tarefa de assegurar o respeito pelas liberdades e pela diferença, pela salvaguarda dos direitos fundamentais e pela consolidação do pluralismo, da opinião livre e das dissonâncias na leitura da realidade social.
10. O **Senhor Domingos Simões Pereira**, Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau notou que a democracia enfrenta desafios na construção e consolidação nos países da CPLP devido à fragilidade das nações, à busca por identidades mais homogêneas e à dificuldade de estabelecer a lei como instância suprema.
11. O Senhor Deputado **Santiago Ondo Esono**, Representante do parlamento Nacional da Guiné Equatorial indicou que um dos objetivos gerais da Assembleia Parlamentar da CPLP é contribuir para o fortalecimento da democracia e das suas instituições representativas, portanto, todos os Parlamentos da CPLP estão obrigados a implementar políticas que promovam o Estado de direito e o fortalecimento da democracia nos nossos Estados, no entanto para implementar o trabalho iniciado nos diferentes países nesta matéria, embora ainda haja muito a fazer, devemos continuar a unir esforços para alcançar os nossos objetivos comuns. A Promoção da Democracia e do Estado de Direito no espaço da CPLP implica uma atuação transparente e respeito das normas estabelecidas.
12. A Senhora **Esperança Laurinda Nhiane Bias** Presidente da Assembleia da República de Moçambique Moçambique tem consolidado a democracia e o Estado de Direito desde a sua independência em 1975, com a implementação de constituições que reforçam esses princípios. As constituições de 1990 e 2004 (revisada em 2018) introduziram o

12
S

multipartidarismo, a separação de poderes e os direitos e liberdades fundamentais, como liberdade de imprensa e de expressão. Moçambique realizou eleições presidenciais, legislativas, provinciais e autárquicas desde 1994, com a presença de observadores internacionais. Houve avanços significativos na equidade de gênero, com mulheres ocupando cargos de liderança nos setores público e privado. A Assembleia da República tem contribuído para a consolidação da democracia, aprovando leis estruturantes, como a Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Moçambique enfrenta o desafio contínuo de construir e preservar a democracia e o Estado de Direito, com o envolvimento de toda a sociedade.

13. O Senhor **José Pedro Aguiar-Branco** Presidente da Assembleia da República de Portugal, lembrando o ano em que comemoramos os 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal, indicou que vivemos em democracia e pela liberdade, o que significou também, a descolonização. Afirmou que a língua é o elemento central que une a Comunidade, mas também o legado da liberdade, que compete proteger, para combater a opressão. Notou que o local para o confronto de ideias é o Parlamento, onde os representantes do povo se exprimem em liberdade, tendo presente o princípio da separação de poderes e à continuidade da democracia representativa. Cabe, assim, aos eleitos pelo povo a responsabilidade de os representar e de defender os seus interesses, como de cuidar das democracias, que não podem ser tidas como um bem adquirido pois são frágeis.
14. A Senhora **Celmira do Sacramento**, Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, sobre o tema em apreço dada a sua abrangência e a sua capacidade de abordar questões fundamentais, que devem ser observadas numa democracia genuína relacionadas com a liberdade de expressão, de escolha, de reunião, de imprensa, direito ao voto, igualdade perante a lei e acesso a um julgamento justo, assegurando que a segurança pública proteja os direitos dos cidadãos sem comprometer as suas liberdades civis.
15. No entanto, notou que a comunidade deve levar em consideração a transversalidade do tema, tendo em conta que os seus princípios e valores impactam e permeiam diversos aspetos da vida política, económica, social e



cultural, constituindo, deste modo a essência para o fortalecimento efetivo de uma sociedade inclusiva, com cidadãos informados, críticos e capazes de tomar decisões conscientes na vida política e social.

16. A Senhora **Maria Fernanda Lay**, Presidente Nacional de Timor Leste, destacou que a democracia é um caminho que requer vigilância, compromissos inabaláveis e participação de todos, e que o Estado de Direito é fundamental para uma sociedade justa e próspera. Nesta medida, também salientou a importância da construção de instituições democráticas fortes. Afirmou acreditar que a CPLP é uma oportunidade para partilhar experiências e apoio mútuo entre os Estados membros.
17. A Senhora Presidente lançou, ainda, um desafio para os países membros da CPLP tornarem a organização como um exemplo global de como nações com histórias e culturas diversas podem unir-se em torno dos ideais da democracia e do Estado de Direito, partilhar conhecimentos, culturas e oportunidades económicas sem barreiras artificiais.

Informação sobre os Processos Eleitorais nos Estados Membros da CPLP

18. A Senhora Deputada Carmem Martins do Parlamento de Cabo Verde, informou sobre a realização das próximas eleições autárquicas entre Novembro e Dezembro de 2024. Afirmou que perspectiva-se, como é hábito no país, um processo eleitoral bastante tranquilo. E onde as mulheres terão uma participação paritária nas listas eleitorais, de acordo com a lei nacional vigente.
19. A Senhora Deputada Maria Odete Costa Semedo, do Parlamento da Guiné Bissau, afirmou relativamente ao atual momento político do seu país, a dificuldade do Senhor Presidente da República conviver com as regras democráticas, que numa clara violação dos preceitos constitucionais, dissolveu a Assembleia Nacional Popular decorridos apenas 6 meses após as eleições de 4 de junho de 2023, tendo sido convocada novas eleições para Novembro do ano em curso.



- H
R
20. No exercício da democracia o país realizou no passado 11 de Outubro de 2023, as VI Eleições Autárquicas, abrangendo 65 Municípios. O processo eleitoral autárquico de 2023 arrancou com um recenseamento de raiz, realizado em quarenta e cinco (45) dias, que abrangeu mais de 4.8 milhões de potenciais eleitores. Igualmente, informou que o governo convocou para o dia de **09 de Outubro de 2024**, as 7^{as} Eleições Gerais (Presidenciais e Legislativas), bem como as 4^{as} Eleições das Assembleias Provinciais e dos Governadores Provinciais, processo que poderá contar com mais de 9 milhões de eleitores inscritos.
21. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos (CPP) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reuniu informalmente para debater, entre outros temas, a situação político-parlamentar na Guiné-Bissau, em pleno respeito pelo princípio da não ingerência. Durante o debate, a CPP manifestou preocupação sobre a evolução da situação institucional no país, considerando que a separação de poderes e o respeito pelo pleno funcionamento das instituições são fundamentais para manter a estabilidade social e integridade democrática em defesa do Estado de Direito. A CPP acordou em continuar a acompanhar a evolução da situação na Guiné-Bissau em linha com os princípios orientadores definidos no Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, salientando que a promoção da democracia e do Estado de Direito faz-se através do diálogo e convivência democrática, com a participação de todos.
22. As delegações parlamentares, manifestaram a sua gratidão para com a Assembleia da República de Moçambique e o povo moçambicano, pela calorosa hospitalidade e fraternidade.
23. A Cerimónia de Encerramento foi marcada pelas intervenções de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República de Moçambique, **Esperança Laurinda Bias**, e de Sua Excelência a Presidente da AP-CPLP, **Teresa Efua Asangono**
24. A Presidente da AP-CPLP, notou que durante os dois dias de trabalho, foram valiosos os contributos das diferentes delegações, aos quais se augura que se traduzam em realidade e que a vontade dos Parlamentares constitua

Handwritten initials and a circled mark in the top right corner.

o caminho para a AP-CPLP, nos anos futuros, que garanta uma cooperação intensa e profícua entre os Parlamentos membros da organização e a concretização dos ideais da AP-CPLP.

25. Aproveitou e agradeceu a presença dos membros das delegações presentes em Maputo, Moçambique, e desejou um bom regresso a todos.

Maputo, aos 23 de julho de 2024

Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP

Teresa Efua Asangono

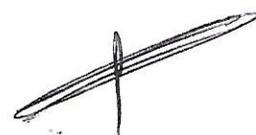


Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola

Américo António Cuononoca



Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde





Austelino Correia

Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné Bissau



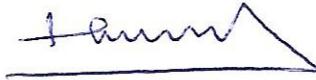
Domingos Simões Pereira

Presidente da Assembleia da República de Moçambique



Esperança Laurinda Francisco Nhiuane Bias

Presidente da Assembleia da República de Portugal



José Pedro Aguiar-Branco

Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe



Celmira Sacramento

Presidente do Parlamento Nacional de Timor Leste



Maria Fernanda Lay

